

Assistência social e formas desiguais de inclusão: emancipação e clientelismo no Nordeste rural brasileiro

Desigualdad, vulnerabilidad y exclusión social

Resultado de investigación finalizada

GT 08

Flávio Eiró

Doutorando em sociologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, membro do Centro Maurice Halbwachs, em co-tutela com o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Resumo:

Este artigo se propõe a analisar os efeitos sociais de novos programas de assistência social no Nordeste brasileiro, e tem como questão principal: como os programas de assistência social provocam a emancipação social e redução de desigualdades na região? Para responder tal questão, a abordagem utilizada é o estudo dos laços sociais. Por um lado, constatou-se a emancipação social da população mais pobre pela ruptura de uma estrutura de dominação, que tem como resultado direto um enfraquecimento do sentimento geral de inferioridade entre os pobres. No entanto, limites para esta transformação foram encontrados. A abordagem qualitativa foi utilizada para coletar e analisar dados, por meio de entrevistas em profundidade.

Palavras-chaves: assistência social, clientelismo, inclusão social

Introdução

O recente desenvolvimento econômico dos países do antigo Terceiro Mundo é uma preocupação central para as ciências sociais no mundo, em seu âmbito social, econômico e ambiental. Países cujo desenvolvimento parece mais bem sucedidos são, no entanto, ainda caracterizados por enormes desigualdades que deixam alguns (ou a maioria) dos seus povos à margem do crescimento econômico. O caso brasileiro é emblemático nesse contexto, com um desenvolvimento econômico significativo nos últimos 20 anos. Neste caso, mesmo se a luta contra a pobreza é vista como um sucesso, uma grande parte da população continua em situação de extrema pobreza: cerca de 16,2 milhões de pessoas ainda estavam em situação de extrema pobreza no Brasil em 2010 (MDS, 2011), mais de 10% da população.

Ao redor do mundo, são as zonas áridas e semi-áridas que concentram a maioria da população em situação de pobreza (Millennium Ecosystem Assessment, 2005). Historicamente marcadas pela exclusão e pela pobreza extrema, as regiões semi-áridas (precipitação máxima de 700 milímetros por ano) ocupam mais de 40% da superfície terrestre e nelas habitam aproximadamente 2,5 bilhões de pessoas. Elas são caracterizadas por chuvas irregulares, geralmente marcadas por longos períodos de seca. Na região semi-árida do Brasil vivem 22 milhões de pessoas, ou 11,8% da população do país, a mais populosa do mundo (IBGE, 2012; Ab'Saber, 1999).

Nessas áreas, especialmente nos países em desenvolvimento, os novos programas de assistência social podem desempenhar um papel muito importante na delimitação da pobreza e como tais populações a experimentam. A assistência social é definida como um conjunto de programas de

apoio à saída da pobreza, financiados por fundos públicos, e parte de uma política mais ampla de "proteção social", que também inclui a seguridade social e a regulação do mercado de trabalho (Barrientos & Sebantibáñez, 2009). A implementação deste tipo de assistência por parte dos países em desenvolvimento é um sinal de reconhecimento de que o crescimento econômico não beneficiou toda a sociedade. Os efeitos destes programas, porém, são variados, e ainda mais difíceis de avaliar do que os indicadores geralmente utilizados, que raramente consideram as dimensões subjetivas da pobreza.

Construção do objeto de pesquisa: dependência e assistência social

Foi constatando uma relação de gratidão aos recursos recebidos por parte das famílias assistidas que a dependência surgiu como um conceito de interpretação ao objeto aqui estudado. Bem conhecida e documentada, a região foi marcada por uma estrutura arcaica de dominação, ainda existente em algumas partes, entre as famílias e as elites políticas locais, antes da chegada das políticas bem-estar. Presos em um sistema de escassez de água e controle de recursos públicos, a existência dessas famílias era completamente dependente do favor das elites políticas.

No entanto, mesmo se as situações extremas deixaram de ser a regra, a situação ainda é preocupante. De fato, a relação de dependência que marcou a história da região não é completamente apagada, mas sim transformada. A subsistência das famílias ainda depende de um recurso externo, que não lhes permitem superar completamente a sua marginalização vis-à-vis a sociedade a que pertencem.

O termo "dependência" é carregado de preconceitos, e seu uso sociológico deve ser esclarecido. É um termo ideológico e seu significado muda de acordo com as diferentes fases do bem-estar de cada sociedade. Em alguns casos, a palavra "dependente" é usada para a pessoa que recebe o apoio, ao contrário da pessoa "independente" que trabalha (Fraser & Gordon, 1994). No entanto, neste estudo, o termo é usado para descrever uma situação em que as necessidades básicas de um indivíduo ou família somente é satisfeito com a ajuda de uma outra pessoa, um grupo social, ou um programa de assistência social. Porém, não são todas as famílias que recebem assistência pública que estão em uma situação de dependência. Além disso, para o caso aqui analisado, não há oposição entre o recebimento de assistência pública e trabalho, desenvolver um negócio, ou mais especificamente, uma produção agrícola. Casos de dependência não são observados somente entre as famílias em situações marginais, tais como famílias uniparentais ou com membros incapazes de trabalhar. Ao contrário, nestes casos, a assistência social é eficaz e consegue protegê-los da pobreza através da atribuição de um salário mínimo, que é um recurso muito maior do que uma família que não experimenta tais dificuldades pode produzir em uma pequena propriedade rural, por exemplo. Estas famílias trabalhadoras têm visto a sua situação mudar após a chegada do programa Bolsa Família, o programa social mais importante de redução da pobreza no Brasil. É só com esse apoio que a maioria das famílias saíram da pobreza extrema.

Este artigo se propõe a analisar os efeitos sociais de novos programas de assistência social em uma das regiões rurais mais pobres do Brasil: o Nordeste – ou Semiárido brasileiro, para delinear o interior rural com uma condição climática particular. Estes programas – especialmente o Programa de transferência condicional de renda “Bolsa Família” e o programa de construção de cisternas “PIMC” – são responsáveis por uma transformação material radical na vida da população mais pobre da região. No entanto, os efeitos sobre a inclusão social da população-alvo destes programas, bem como sobre a ruptura de estruturas tradicionais de dominação e desigualdades, não são claros. Portanto, a questão principal que orienta este trabalho é: como os programas de assistência social provocam a emancipação social e redução de desigualdades na região? Dito de outra forma, transformadas as condições materiais, como evolui a dependência em um contexto marcado pela dominação de uma elite que utiliza a pobreza como meio de reprodução?

Para responder tais questões, o estudo dos laços sociais é usado como a principal abordagem teórica. A economia dos laços sociais – o estudo da deterioração ou fortalecimento de diferentes tipos de laços sociais que conferem aos indivíduos reconhecimento e proteção – apresenta-se como uma alternativa para o estudo da exclusão/inclusão social. Por um lado, constatou-se a emancipação social

da população mais pobre pela ruptura de uma estrutura de dominação, materializada pela inédita participação na vida política de seus territórios. O aparecimento de laços sociais associados à classe dos agricultores familiares e à sociedade em sua esfera política não compromete laços sociais mais tradicionais (associados à família e à comunidade). Como resultado direto dessas mudanças sobre a estrutura dos laços sociais, constatou-se um enfraquecimento do sentimento geral de inferioridade entre os pobres, uma característica importante da “cultura da pobreza” (como formulado pelos estudos clássicos da sociologia da pobreza americana). No entanto, limites para esta transformação foram encontrados. Em primeiro lugar, não foram encontrados indícios de que os recursos financeiros recebidos pudessem aumentar de forma significativa o poder de ação das famílias mais pobres. A restrição hídrica, mesmo não sendo mais extrema na maioria dos casos, continua a servir os interesses de uma elite local para se manter no poder através do uso das cisternas construídas com recursos públicos como uma ferramenta para a distribuição condicional de água. Constatou-se o surgimento de um novo tipo de desigualdade social entre a população mais pobre: os que recebem e não recebem a assistência social, com conseqüências sobre sua participação na vida comunitária e política.

Caracterização da região de estudo e metodologia

A maior parte do Semiárido está localizado na região Nordeste do Brasil, mas tais delimitações territoriais não podem ser confundidas. Sertão é o nome tradicionalmente usado para descrever o interior do Nordeste, e seus habitantes são conhecidos como sertanejos. Embora esses dois nomes sejam equivalentes, neste trabalho o nome político "Semiárido" 1 será preferido porque se refere a uma delimitação mais precisa 2.

O Nordeste é tradicionalmente dividido em três zonas: Zona da Mata, Agreste, e Sertão, em relação às características físicas e climáticas. A primeira é a zona costeira, e o agreste é uma faixa de transição entre a zona da mata tropical e o Sertão semi-árido. Em suas novas fronteiras políticas, o Semiárido incorpora 1.135 municípios, cobrindo uma área de 969 589,4 km², 11,53% do território brasileiro (MI, 2005). Os critérios atualmente utilizados para incluir um município como parte do Semiárido são: 1) uma precipitação média anual inferior a 800 mm; 2) um índice de menos de 0,5 de aridez, calculado pela relação entre a precipitação e a evapotranspiração potencial para o período entre 1961 e 1990; e 3) o risco de seca em mais de 60%, tomando como base o período entre 1970 e 1990.

Em 2010, a população do Semiárido era de 22.598.318 pessoas, ou 11,85% da população brasileira, e 42, 57% da população da região Nordeste. Dos 1.135 municípios, 93,39% estão incluídos na categoria "pequeno", ou seja até 50 mil pessoas. A densidade populacional é de 23,06 habitantes por km² (IBGE, 2012).

O trabalho de campo foi realizado durante os meses de junho, julho e agosto de 2011. Foram visitadas vinte comunidades rurais com diferentes situações fundiárias, atividades produtivas e tipos de organização social. Duas regiões foram visitadas: no estado de Pernambuco, os municípios Araripina, Ouricuri, Santa Cruz e Parnamirim, e no estado da Bahia, Remanso, Casa Nova, Juazeiro e Uauá. Como uma primeira abordagem das regiões selecionadas, foram realizadas 12 entrevistas com instituições locais relacionadas ao objeto de pesquisa. Ao todo, entre as duas regiões foram somadas cerca de 50 famílias visitadas. Devido à diversidade das regiões visitadas, e do tempo total em campo - 75 dias - os resultados deste estudo podem ser úteis para a compreensão da transição social experimentada nesta parte do Brasil.

O Semiárido: clientelismo, pobreza e clima

A compreensão da pobreza do Semiárido deve necessariamente passar pelo estudo de sua história recente. Aí se encontra a gênese de um sistema de criação e manutenção da pobreza ainda presente hoje. É uma relação complexa entre, por um lado, uma maioria da população pobre agrária,

lidando com difíceis condições climáticas, e, por outro lado, as elites políticas locais, que controlam os recursos ambientais, econômicos e políticos. Assim, essas elites foram capazes de criar um meio de reprodução relacionada à insegurança hídrica na região, através de um sistema de clientelismo político que marcou o Semiárido até o final do século XX, conhecido como coronelismo. As elites locais controlavam o acesso a reservatórios aquáticos construídos com recursos públicos, concentrados em suas propriedades (Cunniff, 1970). Esta estrutura social deixou uma enorme população rural em situação de pobreza, e mesmo com um crescimento precário em todo o XVIII e XIX séculos, nenhuma estratégia para reduzir a vulnerabilidade à fome foi pensada para os pobres do Semiárido. O historiador Mike Davis apoia a tese de que essa exclusão é o resultado de três fatores: 1) o controle do capital econômico brasileiro pelos ingleses, especialmente no que diz respeito ao mercado de algodão, a última tentativa de sobrevivência dos pequenos agricultores; 2) o declínio da economia do Nordeste e concentração do capital pela elite do café de São Paulo; 3) da marginalidade da região contra o poder das elites da zona costeira (Davis, 2001).

Este cenário social é a base do sistema de formação da pobreza crônica do Semiárido: a indústria da seca. As elites comerciais e os coronéis encontraram nos recursos públicos de emergência, especialmente na época de seca severa, uma forma de enriquecer muito mais eficaz do que as atividades agrícolas já em declínio. Com a construção de estradas na região, uma importante ferramenta do sistema irá aparecer no Semiárido: os caminhões-cisterna. Os carros-pipa, como são comumente chamados, normalmente operam em escala municipal, ou regional em épocas de secas mais severas. As famílias pobres eram dependentes daqueles que controlavam o acesso aos reservatórios e do transporte da água. Esta garantia de sobrevivência era dado em troca do apoio político, deixando essa população presa em um círculo vicioso de insegurança hídrica e dependência.

As experiências de falta de água são um bom indicador para a compreensão da evolução da pobreza no Semiárido, e mais especificamente, a importância recente da assistência social na última década. Não se trata de atribuir ao clima o permanente estado de pobreza na região. Em vez disso, essas experiências incluem fatores já conhecidos, como a posse da terra, a restrição de mercado, desagregação familiar forçada e relações legitimadas de dominação, entre outros (Chacon, 2007).

As políticas públicas de assistência social: o momento da ruptura

Embora a região estudada é tradicionalmente a mais pobre do Brasil, um novo fator transformou essa pobreza: a universalização de programas de assistência social desde o início da década de 2000. Os novos modelos de assistência social representam uma ruptura com a relação entre a proteção social e o trabalho, o que caracterizava até então a assistência prestada.

Neste estudo, dois programas de assistência social foram escolhidos devido sua notória importância no Semiárido: o Programa Bolsa Família e o Programa Um Milhão de Cisternas. O Programa Bolsa Família (PBF) é o maior programa de transferência condicional de renda do mundo¹, e um dos maiores responsáveis pela popularidade do ex-presidente Lula. Trata-se de uma abordagem individualista e multidimensional da pobreza, compartilhada por outros países da América Latina. No PBF, a definição da população-alvo leva em conta a renda per capita familiar e uma linha de pobreza nacional. As condicionalidades do PBF vão de exigências em termos de educação, vacinação infantil e exames médicos de mulheres grávidas².

A expansão do PBF em termos de orçamento e cobertura desde a sua criação mostra o seu sucesso, pelo menos no nível do governo. Desde o seu lançamento em 2003 até 2011, a cobertura do programa aumentou de forma significativa o número de famílias beneficiadas de 3,6 a 12,6 milhões. Isso representa um aumento de 1,6% a 4% do total de gastos sociais do Estado³. Já em 2004, um terço das famílias do Nordeste recebeu essa ajuda e nas áreas rurais esse número subiu para 44%⁴.

O segundo programa analisado neste trabalho não é um programa de assistência social tradicional. Na verdade, o "Programa de Formação e Mobilização para conviver com o Semiárido: Um

Milhão de Cisternas Rurais⁵", conhecido como PIMC, foi criado por movimentos sociais e organizações não-governamentais e foi financiado em sua origem por recursos de ajuda internacional. No entanto, a gestão do programa pelo governo federal, e seu enquadramento institucional no mesmo departamento responsável pelo PBF, assim como a relevância de seus impactos, tornam a opção relevante. O programa tem como objetivo disseminar uma tecnologia social que mudou a relação entre as famílias e água. É uma cisterna para captar água da chuva, facilmente construída com placas de cimento, e de fácil utilização.

O programa visa beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas no Semiárido com uma fonte permanente de água para beber e cozinhar. A população alvo são os mais pobres das áreas rurais, definidos pelo programa como as famílias cuja renda é inferior a meio salário mínimo por membro, cuja residência permanente é em áreas rurais e sem acesso à rede de água pública. A chegada das cisternas mudou a paisagem do Semiárido brasileiro. Elas desempenham um papel particularmente importante na vida das mulheres, porque são elas as responsáveis pelo abastecimento de água da casa. Ter ao lado casa uma fonte de água é uma mudança radical em seu cotidiano.

Apesar da revolução que essas cisternas podem representar na vida material dessas famílias, muitas críticas são feitas por parte dos beneficiários, bem como pelos responsáveis do programa. A primeira é a quantidade de água acumulada, que nem sempre é suficiente para cobrir o período de seca. Isto também diz respeito à utilização da água da cisterna, concebida para proporcionar água para o consumo humano. O uso da água para além do consumo familiar - beber e cozinhar - significa necessariamente o fim prematuro da reserva. Algumas instituições entrevistadas levantaram esta questão, apontando que a administração da cisterna é de responsabilidade da família, e para as pessoas que sempre tiveram acesso a água de má qualidade, tomar banho ou lavar a roupa com água limpa é um passo muito importante.

Segurança hídrica e emancipação social

quando a gente começou com essa estória de construir cisterna, a gente imaginou que realmente a gente ia acabar com o pipa, né? A gente disse "A gente vai realmente dar uma tacada aqui no motor que move essa estória toda, que é os pipas e tal, compra de voto".

O objetivo da universalização de cisternas no Semiárido é também enfraquecer o clientelismo político e a indústria da seca sobre a sua base: a insegurança hídrica experimentada pelos pobres. A partir do momento em que as famílias têm uma fonte confiável e gratuita de água, que lhes permitem suprir suas necessidades mais básicas, os coronéis perdem seu principal meio de dominação. Assim, a utilização dos recursos comuns como um meio de influência política é muito reduzida, pelo menos inicialmente.

A transformação não é somente material. O discurso das famílias visitadas destacando a importância da água e sua independência mostra uma mudança de mentalidade. A reprodução dos discursos das ONGs que trabalham no PIMC nos leva a considerar um efeito significativo do processo de formação e sensibilização que acompanha a construção das cisternas. Mais especificamente, várias palavras e frases usadas pelos entrevistados demonstram apropriação da idéia de que a água é um "direito fundamental" e que "a única solução para o Semiárido são as cisternas." A noção de propriedade e, portanto, de responsabilidade, também era comum nas entrevistas, especialmente porque para a maioria das famílias, a cisterna é a primeira ferramenta de armazenamento de água que elas "realmente possuem", pelo menos primeiro "boa qualidade".

Devido à mudança na relação entre a população e seus recursos hídricos, a sua relação com as elites locais também foi alterada. Como veremos na próxima seção, mesmo se o sistema de clientelismo político continua a usar água para se manter, ele perdeu sua dominação explícita.

Segurança hídrica adquirida, acompanhado por uma série de mudanças materiais, tais como universalização de energia elétrica ou melhores estradas, também se transformou a relação da

população com a região. Apesar do fato de que o apego à terra nunca foi perdido, a nova configuração material e social do Semiárido desencadeou uma onda de imigração "de volta" de uma parte da população que deixou a região nas últimas décadas. As transformações são vistas pelos entrevistados como um todo, uma percepção compartilhada também entre as ONGs que trabalham no Semiárido, como evidenciado pelo seguinte trecho:

Mas eu sempre pergunto pra turma: vocês tão vendo ainda grandes migrações aqui no Nordeste? Não. Tá vendo ainda aquela mortalidade infantil que a gente via, de morrer criança todos os... não, não tá. Tá vendo frente de emergência? Não. Alguém aqui já ouviu falar em saque? Aí o pessoal vai tentar lembrar pela memória. Alguns lembram que há 10, 12 anos atrás.. então aquilo que era de mais terrível no Semiárido brasileiro, você não houve falar mais. E o que é que mudou? O clima mudou? Não, o clima tá ficando mais complicado, né?

Este entrevistado refere-se a um dos mais dramáticos eventos das principais secas do Sertão: os saques, a invasão das cidades por parte da população rural que sofre de fome, em busca de comida armazenada. Bem como a alta mortalidade infantil e as ondas emigratórias, estes episódios são agora parte do passado, embora não muito distante, vistos como impossíveis de ocorrerem novamente.

Dependência e as novas formas de clientelismo

Como mencionado anteriormente, apesar da evidente melhoria das condições de vida dos beneficiários do PBF, especialmente no que diz respeito à nutrição e o poder de compra, o programa não parece aumentar a capacidade das famílias de escapar da pobreza. Na verdade, neste contexto, sem renda fixa e baixa produção agrícola, o PBF raramente tem qualquer efeito para além da dieta familiar e pequenos bens eletrodomésticos. O programa consegue reduzir a pobreza extrema da região, mas não dá a essas famílias uma chance de mudar sua situação.

Com este argumento, não se pretende questionar os efeitos positivos do PBF, que atinge os seus objetivos. Em vez disso, como George Simmel (1907) mostra, este tipo de assistência é baseada no princípio da incondicionalidade, ou seja, o fornecimento de meios básicos para o exercício da cidadania de todas as pessoas em uma determinada sociedade. Esta garantia das condições mínimas de vida permitem aos indivíduos beneficiários a oportunidade de agir como cidadãos, eliminando uma situação de extrema insegurança que impede o acesso aos serviços públicos básicos.

Com isto em mente, não há nenhuma dúvida de que o PBF transforma de fato a vida de seus beneficiários, pelo menos no Semiárido. Como discutido anteriormente, as mudanças materiais na vida dos entrevistados lhes dá direito não só a uma melhor nutrição, mas também a uma maior participação na vida social através da inclusão ao mercado e facilitando o acesso às cidade, onde estão a maioria dos serviços públicos.

Em termos de "dependência", entende-se aqui a situação em que as necessidades de uma pessoa ou família só são satisfeitas com a ajuda de uma outra pessoa, um grupo social, ou um programa de assistência social. No caso do Semiárido e do PBF, a dependência nestas famílias se dá pelo regresso imediato ao seu estado anterior de precariedade no caso do fim da bolsa, independentemente da sua duração.

Se o PBF e outros programas de assistência social como o P1MC conseguem romper a relação de dominação e dependência que existia entre as famílias e as elites locais, esses programas não são capazes de aumentar significativamente o poder de ação dessas famílias. Deve-se notar que o aumento significativo de seu padrão de vida, bem como o processo de transformação social causados pela chegada da assistência social não impedem a continuação de um tipo de dependência entre as famílias pobres no Semiárido. Em suma, trata-se de uma transformação da dependência, alterando seu objeto,

mesmo que isso também represente uma mudança na percepção destas famílias, e também em sua integração material e social.

Quanto ao PIMC, a principal crítica feita pelos beneficiários do programa, bem como os seus agentes, está relacionada à quantidade de água armazenada, que nem sempre é suficiente para cobrir a estação seca. Este problema tem várias causas, mas uma consequência importante é a permanência dos carros-pipa na região. Além do problema de qualidade da água posta em tanques com estes caminhões, um círculo vicioso é criado:

Quando a gente começou com essa estória de construir cisterna, a gente imaginou que realmente a gente ia acabar com o pipa, né? "A gente vai realmente dar uma tacada aqui no motor que move essa estória toda, que é os pipas e tal, compra de voto". Aí o que aconteceu? A água da cisterna é uma água pra uma família beber e cozinhar, uma família de cinco pessoas durante um período de seis a oito meses, beber e cozinhar. O que acontece? O camarada, a família, não tem a segunda água (cisterna de produção). Aí o cara chega da roça de tarde, tá cansado, tem que tomar um banho, e toma banho com água da cisterna. E por outro lado, os vereadores, os caras que querem manter, dizem "usa cara, a hora que secar eu boto um pipa aí, é só você pedir que eu boto aí". Hoje tem uma certa facilidade de conseguir isso.

O uso excessivo da água da cisterna, destinada apenas ao consumo humano, é motivado pela disponibilidade de água, aparentemente livre, oferecida pelas elites políticas locais. Neste caso, as cisternas são utilizadas para um armazenamento simples e personalizado para água transportada pelos carros-pipa em toda a região. Ainda assim, com seu padrinho político garantindo água quando a cisterna está vazia a família oferece o seu voto e apoio político. O sobre-consumo de água é incentivado, e as famílias perdem o controle da gestão da cisterna.

A diferença em relação à situação anterior à chegada das cisternas é que a água não é utilizada como uma ferramenta de domínio, porque as famílias podem escolher ficar apenas com a água de seu reservatório. Antes essas famílias não tinham escolha durante as estações secas, e sua sobrevivência dependia dos coronéis. É o PIMC que rompe esta dependência, garantindo às famílias mais pobres uma fonte confiável de água.

No entanto, a água continua a ser um recurso escasso, e as elites têm o poder de controlar sua distribuição. Este controle é feito pelos grandes proprietários de terras e outras elites que detém caminhões para ser usados no sistema de distribuição. As pessoas que já estão no poder público também podem usar seu capital político para entrar no sistema, seja pelo controle direto de recursos públicos para aliviar a escassez de água em casos extremos, seja pelo controle das elites econômicas região, utilizando seus caminhões em troca de outros favores políticos. De toda maneira, a insegurança hídrica, mesmo se de forma mais branda, continua a servir os interesses das elites locais para se manterem no poder. Apesar de dominação e dependência enfraquecerem, o sistema de clientelismo não mostra nenhum sinal de desaparecer.

Conclusão

Se, por um lado, o PBF e outros programas de assistência social como o PIMC conseguem romper as relações de dominação e dependência entre essas famílias e as elites locais, esses programas não conseguem aumentar significativamente seu poder de ação. Uma dependência continua a existir, ilustrada pelo retorno imediato das famílias à condição de incerteza prévia no caso em que a assistência termine, independentemente de sua duração, assim como pela continuação de um sistema de clientelismo político usando as cisternas para armazenamento personalizado de água transportada pelos carros-pipa.

Bibliografia

- Ab'Sáber, A. N. (1999). Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, 13(36), Dossiê Nordeste Seco. São Paulo.
- Barrientos, A.; Sebantibáñez, C. (2009). New Forms of Social Assistance and the Evolution of Social Protection in Latin America. *Journal of Latin American Studies*, 41(01), 1.
- Chacon, S. S., *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no Semi-árido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. coll. BNB Teses e Dissertações.
- Cunniff, R. (1970). *The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1880*. Phd thesis. Austin: Texas University.
- Davis, M. (2001), *Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World*. London.
- Fraser, N. & Gordon, L. A. (1994). Genealogy of Dependency: Tracing a Keyword of the U.S. Welfare State. *Signs*, Vol. 19(2), Winter, 1994. pp. 309-336.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). Censo Demográfico 2010, <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>.
- MDS. (2011). *O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MI, Ministério da Integração Nacional. (2005). *Nova Delimitação do Semiárido brasileiro*. Brasília: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional.
- Millennium Ecosystem Assessment. (2005). *Ecosystems and human well-being: synthesis*. Washington, D.C.: Island Press.
- Simmel, G. (1907). *Les pauvres*. Paris: Presses Universitaires de France.